



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinetes do Primeiro-Ministro e do Secretário de Estado da Cultura

Despacho n.º 16506/2011

Nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, aplicável aos titulares dos órgãos de direcção dos institutos público por força do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 17.º e do n.º 1 do artigo 25.º-A da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, com o início do mandato do XIX Governo Constitucional cessaram automaticamente as comissões de serviço dos titulares dos órgãos de direcção dos institutos públicos, cargos de direcção superior de 1.º e 2.º graus, encontrando-se, deste modo, vago o cargo de director do Instituto do Cinema e Audiovisual, I. P. (ICA, I. P.).

Considerando, no entanto, que constitui um dos objectivos centrais do Programa do XIX Governo Constitucional a racionalização das estruturas da administração central do Estado e dos respectivos custos e que para a concretização deste objectivo o Governo aprovou o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), tendo, nesse âmbito, avaliado e determinado a reorganização das estruturas dos ministérios;

Considerando, assim, que se encontra em curso o processo de reestruturação dos serviços, organismos e estruturas sob tutela e superintendência do Secretário de Estado da Cultura, sendo que, nesta circunstância, não se verificam as condições para proceder à nomeação, em comissão de serviço, do titular do cargo de director do ICA, I. P., mas que é necessário assegurar o normal funcionamento deste Instituto;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura;

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 95/2007, de 29 de Março, que aprova a orgânica do ICA, I. P., e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Dezembro, é nomeado, em regime de substituição, para o cargo de director do ICA, I. P., o licenciado José Pedro Ribeiro Gomes da Silva, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

O presente despacho produz efeitos a 4 de Novembro de 2011.

25 de Novembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

ANEXO

Sinopse curricular

I — Dados pessoais:

Nome — José Pedro Ribeiro Gomes da Silva.
Data de nascimento — 23 de Setembro de 1966.

II — Habilitações académicas:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.
Advogado inscrito na Ordem de Advogados de Portugal, desde 1992, com inscrição suspensa desde 2002.

III — Experiência profissional:

Desde 2009 — membro do Conselho Nacional para a Cultura (CNC) e presidente da Secção Especializada do Cinema e Audiovisual.

2008 e 2011 — leccionou o módulo de distribuição cinematográfica do curso de pós-graduação em televisão e cinema, da Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas.

2008 — membro da assembleia estatutária da FCSH, da Universidade Nova de Lisboa.

Desde Abril de 2007 — director do Instituto de Cinema e Audiovisual (ICA, I. P.).

De 2005 a 2007 — presidente do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM).

De 2002 a 2005 — funções de vice-presidente do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM).

2000-2002 — assessor jurídico da Inspecção-Geral das Actividades Culturais, do Instituto Português de Conservação e Restauro e do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia.

2002 a 2011 — representante português na CACI — Conferência das Autoridades Cinematográficas Ibero-Americanas e no Programa IBERMEDIA, Programa de Cooperação Ibero-Americana, onde exerce funções no Comité Executivo.

De Fevereiro de 1998 até Maio de 2000:

Foi o responsável pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos, acumulado com o cargo de secretário-geral do BCI — Banco Comercial e de Investimentos, S. A. R. L. (banco moçambicano com participação da CGD);

Vogal da mesa da assembleia geral da sociedade de direito moçambicano GCI — Sociedade Gestora de Fundos, S. A. R. L., onde exerceu funções.

1996 e 1998 — responsável em Moçambique da filial do escritório de advogados CRA — Coelho Ribeiro e Associados.

1990 e 1995:

Trabalhou no escritório de advogados CRA — Coelho Ribeiro e Associados, em Lisboa;

Vogal da mesa da assembleia geral da sociedade IBERVISÃO, S. A. (sociedade de direito português, detida maioritariamente pelo Grupo Finlandês Nokia).

1990 a 1991 — Assessor da direcção de uma empresa de publicidade.

IV — Outras funções:

Representante do Ministério da Cultura na ANACOM.

Representante do Ministério da Cultura na Comissão de Acompanhamento do Canal 2 da RTP.

Membro do Grupo de Trabalho de Regulamentação da Lei do Cinema.

No exercício da sua actividade profissional foi orador em diferentes colóquios e seminários.

205407596

Despacho n.º 16507/2011

Nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, com o início do mandato do XIX Governo Constitucional cessaram automaticamente as comissões de serviço dos titulares de cargos de direcção superior de 1.º e 2.º graus dos diversos serviços e organismos da administração central do Estado, encontrando-se, deste modo, vago o cargo de director regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.

Considerando, no entanto, que constitui um dos objectivos centrais do Programa do XIX Governo Constitucional a racionalização das estruturas da administração central do Estado e dos respectivos custos e que para a concretização deste objectivo o Governo aprovou o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), tendo, nesse âmbito, avaliado e determinado a reorganização das estruturas dos ministérios;

Considerando, assim, que se encontra em curso o processo de reestruturação dos serviços, organismos e estruturas sob tutela e superintendência do Secretário de Estado da Cultura, sendo que, nesta circunstância, não se verificam as condições para proceder à nomeação, em comissão de serviço, do titular do cargo de director regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, mas que é necessário assegurar o normal funcionamento daquela direcção regional de cultura;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 1.º e no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, que aprova a

orgânica das direcções regionais de cultura, e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Dezembro, é nomeado, em regime de substituição, para o cargo de director regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, o licenciado João Mário Soalheiro Costa, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

O presente despacho produz efeitos a 4 de Novembro de 2011.

25 de Novembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

ANEXO

Sinopse curricular

I — Dados pessoais:

Nome — João Mário Soalheiro Costa.
Data de nascimento — 6 de Janeiro de 1972.

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Teologia pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, 1999.

Doutorando em Letras, área de História, especialidade de História da Idade Média, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo sido bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

III — Experiência profissional:

2009 — Nomeado, em comissão de serviço, director regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, do Ministério da Cultura.

2007 a 2009 — membro do conselho consultivo do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, do Ministério da Cultura, em representação da Conferência Episcopal Portuguesa.

2007 a 2009 — director do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, tutelado pela Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, da Conferência Episcopal Portuguesa, tendo sido presidente da Comissão Permanente do Conselho Nacional dos Bens Culturais da Igreja, órgão consultivo instituído em 2008.

Desde 2007 — colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra, tendo por áreas privilegiadas de investigação a História e a Cultura da Idade Média e o Património Cultural.

2002 a 2004 — Consultor científico do Instituto Português de Conservação e Restauro, do Ministério da Cultura, no âmbito das linhas de investigação Tecidos Medievais e Retábulo da Natividade.

Desde 2001 — Membro do Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa.

2000 — Junto com o comissário-geral, Prof. Doutor Carlos A. Moreira Azevedo (hoje bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa), foi coordenador científico do catálogo da exposição Cristo Fonte de Esperança, iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa com produção da Diocese do Porto, no âmbito do Grande Jubileu do Ano 2000.

1999 a 2000 — Consultor do Cabido Portucalense para a implementação do Inventário do Património Cultural Móvel da Sé do Porto.

1999 — Integrou a comissão científica das Comemorações do VII Centenário do Foral Concedido por D. Dinis a Vila Nova de Foz Côa, promovidas pela autarquia.

1997 a 1999 — Coordenador-geral do Programa de Inventário do Património Cultural Móvel das Paróquias do Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego.

1995 a 1996 — Director executivo do Roteiro do Culto Antoniano na Diocese do Porto, no âmbito das Comemorações Antonianas.

IV — Outras funções:

Foi coordenador-geral e comissário científico das exposições *Percurso de Eternidade* (Vila Nova de Foz Côa, 1999) e *Tecer Relações* (Ponta Delgada, 2009), tendo colaborado, com diferentes responsabilidades (coordenação executiva, comissariado científico, textos), na realização de cerca de duas dezenas de exposições temporárias.

V — Trabalhos publicados:

Imaginária Sacra: Itinerário Breve em Terras de Foz Côa, Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1997, 96 pp.

Cristo Fonte de Esperança [catálogo da exposição do Grande Jubileu do Ano 2000], Porto: Diocese do Porto, 2000, 544 pp. (co- coordenação científica).

Inventário e Memória: Foz Côa, Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa; Diocese de Lamego, 2000 (coordenação).

Tecidos Medievais, Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 2004, 84 pp. (em colaboração com Paula Monteiro e Carmo Serrano).

A Corte dos Reis de Portugal: Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II, Gijón: Ediciones Trea, 2009, 552 pp. (em colaboração com Maria Alegria F. Marques), obra distinguida com o Prémio Prof. Doutor Pedro Cunha e Serra: Estudos de Onomástica e Antroponímia, da Academia Portuguesa da História.

205407709

Despacho n.º 16508/2011

Nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, com o início do mandato do XIX Governo Constitucional cessaram automaticamente as comissões de serviço dos titulares de cargos de direcção superior de 1.º e 2.º grau dos diversos serviços e organismos da administração central do Estado, encontrando-se, deste modo, vago o cargo de director-geral de Arquivos.

Considerando, no entanto, que constitui um dos objectivos centrais do Programa do XIX Governo Constitucional a racionalização das estruturas da administração central do Estado e dos respectivos custos e que para a concretização deste objectivo o Governo aprovou o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), tendo, nesse âmbito, avaliado e determinado a reorganização das estruturas dos ministérios;

Considerando, assim, que se encontra em curso o processo de reestruturação dos serviços, organismos e estruturas sob tutela e superintendência do Secretário de Estado da Cultura, sendo que, nesta circunstância, não se verificam as condições para proceder à nomeação, em comissão de serviço, do titular do cargo de director-geral de Arquivos, mas que é necessário assegurar o normal funcionamento daquela Direcção-Geral;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura:

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, que aprova a orgânica da Direcção-Geral de Arquivos, e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Dezembro, é nomeado, em regime de substituição, para o cargo de director-geral de Arquivos, o licenciado Silvestre de Almeida Lacerda, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Novembro de 2011.

25 de Novembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

Sinopse curricular

I — Dados pessoais

Nome: Silvestre de Almeida Lacerda.
Data de nascimento: 19 de Março de 1958.

II — Habilitações académicas:

1982 — Licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1988 — Curso de especialização em Ciências Documentais, opção Arquivo, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

III — Experiência profissional:

2008 — Integra o comité intergovernamental do Programa ADAI: *Iber-Archivos*, para apoio ao desenvolvimento de arquivos ibero-americanos.

2008 — Eleito para a direcção da Associação Latino-Americana de Arquivos — ALA — ramo regional do Conselho Internacional de Arquivos.

Entre 2007 e 2011 — Membro do Conselho Nacional de Cultura e Presidente da Secção de Arquivos.

2005 — Integra o Grupo de Peritos em Arquivos, junto da Comissão Europeia, denominado EAG — *European Archival Group* e representa Portugal no EBNA — *European Board of National Archives*.

Julho de 2005 ao presente — Director-geral de Arquivos e director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.